

Assembléia fará 'análise técnica' nas contas de Ignácio

A Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa deverá analisar as contas do último ano do Governo de José Ignácio Ferreira com "critérios eminentemente técnicos". A informação é do presidente da comissão, deputado Edson Vargas (PMN). O deputado não descarta a possibilidade de relatar o processo, mas diz que ainda precisa conversar com os demais membros da comissão, o que deve acontecer amanhã.

No mês passado, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) - que já havia relatado pela reprovação das contas do ex-governador em julho de 2003 - confirmou o relatório desfavorável a Ignácio. O que a Comissão de Finanças da Assembléia vai fazer agora é analisar o relatório do TCES e elaborar seu próprio parecer, que depois será submetido à aprovação do plenário do Legislativo.

De acordo com o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas, várias irregularidades teriam sido cometidas durante a gestão de Ignácio, entre elas a não-aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde - no valor de R\$ 101.663.010,80 - e o não-repasse ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM) dos descontos feitos na folha de pagamento do funcionalismo público.

Apenas os conselheiros Dailson Laranja e Marcos Ma-

dureira votaram a favor das contas de Ignácio. Por sua vez, os conselheiros Mário Moreira, Umberto Messias e Elcy de Souza acompanharam o voto do relator do processo, Enivaldo dos Anjos, que recomendou a não-aprovação das contas. As irregularidades listadas no parecer do TCES foram constatadas pela que as irregularidades foram constatadas por meio da área técnica do órgão, que tem a função de auxiliar a Assembléia na fiscalização do uso de verba pública.

TCES

Contas anteriores foram aprovadas

As contas referentes à administração de José Ignácio em 2000 e 2001 foram aprovadas pelos conselheiros do Tribunal de Contas, apesar de o parecer técnico de profissionais do próprio tribunal ter recomendado, na época, a rejeição das contas. Em fevereiro do ano passado, o presidente do órgão, conselheiro Valci Ferreira, justificou a contradição dizendo que a decisão do tribunal havia sido "política". "Se levou em consideração a situação política pela qual passava o Espírito Santo naquele momento", argumentou. A Assembléia votou contra a decisão.

Vereadores em excesso custam R\$ 1,027 milhão

Representantes em excesso na Grande Vitória causam rombo nas contas dos legislativos

LÚCIA GARCIA

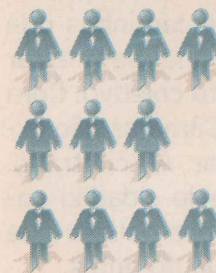
As câmaras de vereadores de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana gastam, juntas, R\$ 1,027 milhão a mais, por ano, para pagar salários a vereadores "extras". Esse montante resulta do excesso de representantes nos respectivos legislativos municipais. Com esse valor seria possível se construir duas escolas de porte médio.

Esse "inchaço" confronta o artigo 29, inciso IV da Constituição - que prevê um vereador para cada 47.619 habitantes. Com base nesse princípio da proporcionalidade, constata-se que no Estado, existem 253 vereadores a mais nas câmaras.

Já nos cinco municípios citados, o número de vereadores "extras" é de 21. Os legislativos de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, têm cinco vereadores a mais, cada um. Em Vitória, esse número sobe para seis.

Gastos

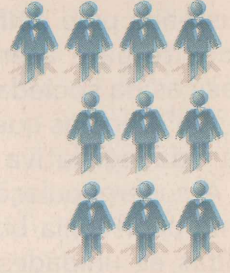
Na Serra, o Legislativo municipal gasta R\$ 18 mil a mais, por mês, para pagar salário a cinco vereadores "extras".



Vereadores "extras"

Conforme o princípio da proporcionalidade - que prevê um vereador para cada 47.619 habitantes -, a Grande Vitória está com 21 vereadores "extras".

Saiba como estão representadas as câmaras de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, e como deveriam ficar, segundo o artigo 29, inciso IV da Constituição:



Vitória	299.357 hab.	Cariacica	334.753 hab.	Serra	342.016 hab.
Vereadores	21	Vereadores	21	Vereadores	21
Proporcional	15	Proporcional	16	Proporcional	16
Salário	R\$ 3,6 mil	Salário	R\$ 3,2 mil	Salário	R\$ 3,6 mil
Gasto extra anual	R\$ 259,2 mil	Gasto extra anual	R\$ 192 mil	Gasto extra anual	R\$ 216 mil

Vila Velha	362.877 hab.	Viana	55.469 hab.	TOTAL EXTRA
Vereadores	21	Vereadores	15	R\$ 1,027 milhão
Proporcional	16	Proporcional	10	
Salário	R\$ 3,6 mil	Salário	R\$ 2,4 mil	
Gasto extra anual	R\$ 216 mil	Gasto extra anual	R\$ 144 mil	

Genildo/A Gazeta/Ed. de Arte

Naquela câmara, existem 21 representantes que recebem R\$ 3,6 mil cada um, o que resulta num prejuízo de R\$ 216 mil ao ano. Conforme a Constituição, a quantidade ideal de parlamentares seria de 16.

A Câmara de Vereadores de Vila Velha tem o mesmo gasto da Serra.

Em Vitória, os 21 vereadores também recebem R\$ 3,6 mil. A diferença é que a Câmara da Capital tem seis representantes a mais. Com isso, o Legislativo gasta R\$ 21,6 mil ao mês, somando 259,2 mil por ano.

No município de Cariaci-

ca, os 21 vereadores recebem R\$ 3,2 mil por mês. Com os cinco representantes "extras", o gasto por mês é de R\$ 16 mil, e por ano R\$ 192 mil.

Na cidade de Viana, a Câmara também tem cinco vereadores a mais. A diferença para os demais legislativos está no salário. Naquele município, os 21 representantes ganham R\$ 2,4 mil, o que gera um gasto de R\$ 12 mil mensais e R\$ 144 mil anualmente.

Dessa forma, somando os cinco municípios da Grande Vitória, o gasto a mais por mês é de R\$ 85,6 mil, e

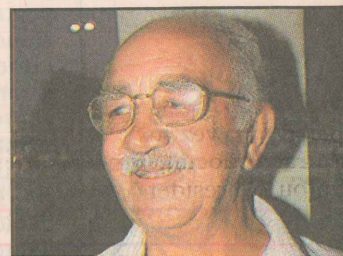
de R\$ 1,027 milhão ao ano.

Cachoeiro

Cachoeiro e Aracruz são as cidades que têm maior número de vereadores "extras": sete cada uma. A diretora jurídica da Câmara de Cachoeiro, Ângela de Paula Barboza, alega que naquela cidade "a justiça já havia determinado que o número fosse de 21". "No caso de Cachoeiro não há ilegalidade porque o Tribunal de Justiça já julgou, há cerca de três anos, uma ação civil pública afirmando que o número de vereadores está correto", frisou.

Depoimentos

'É UM EXAGERO TER 21 VEREADORES'



"É preciso reduzir o número de vereadores, principalmente na Serra, para economizar dinheiro. Acho um exagero, ter 21 representantes. A gente faz tudo por eles e eles não fazem nada por nós. Esse dinheiro a mais que é pago para eles deveria ser investido

Análise

'OS MUNICÍPIOS NÃO SÃO SOBERANOS'

"As Câmaras de Vereadores do Estado e de todo o país deveriam adotar o princípio da proporcionalidade de 1 vereador para cada 47.619 habitantes, conforme prevê o artigo 29, inciso IV da Constituição federal. Os municípios são autônomos,

profunda. Mas se o salário pago a mais aos representantes consome grande parte da receita, não adianta ter muitos vereadores. Isso dificulta a realização de outros serviços necessários à população, porque o dinheiro acaba sendo utilizado para o pagamento de





Gildo Loyola

Aliança

O vereador Ademar Rocha costurou o acordo entre o PTB e os demais partidos

PTB fecha acordo com quatro siglas

O PTB de Vitória fechou uma aliança com quatro pequenos partidos, garantindo cerca de quatro minutos de televisão na propaganda eleitoral. De acordo com o presidente da Câmara de Vitória, Ademar Rocha, a aliança deve garantir a eleição de até cinco vereadores. Ademar atuou diretamente no fechamento do acordo.

Além do PTB, fazem parte da aliança PTN, Prona, PT do B e PSL. Embora as siglas estivessem integrando um bloco que não pretendia se aliar às legendas maiores, o presidente do PSL, Valderli Pereira, explicou que a coligação atende aos interesses dos pequenos.

Segundo Ademar Rocha, a

frente pode ter ainda a participação de outros partidos "emergentes". Ele pretende fazer entendimentos ainda com o PRTB, PTC e PSDC.

No entanto, lembrou Ademar, o PTB pretende levantar vãos mais altos e discutirá uma aliança com o PFL, já na próxima semana e, em seguida, sentará com o PMDB.

"Se fecharmos a aliança com essas duas siglas, teremos mais de 16 minutos de tempo de televisão e poderemos eleger de cinco a sete vereadores", considerou.

Ademar acrescentou que a aliança, por enquanto, está restrita a Vitória. Ele lembrou, porém, que pode ser repetida em outros municípios.

Deputados fazem pedidos ao Governo

Deputados estaduais que se reuniram ontem com o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), aproveitaram para apresentar diversas demandas ao Governo. Vários parlamentares consideraram as reuniões "proveitosas", mas afirmaram que o sucesso da iniciativa vai depender da capacidade do Governo de dar encaminhamento às discussões.

Lelo ficará responsável pela articulação com o Legislativo estadual e terá, até o final do Governo, encontros sema-

nais com os parlamentares para ouvir suas propostas em relação ao Executivo.

Primeira parlamentar a se reunir com o vice, pela manhã, a deputada Janete de Sá (PSB) pediu que o Governo tente garantir a presença de mão de obra capixaba nos projetos de expansão das maiores empresas do Estado, entre outros assuntos. Já a bancada do PT na Assembléia discutiu com Lelo a realização de emendas ao Orçamento deste ano e os vetos aos projetos de seus deputados.

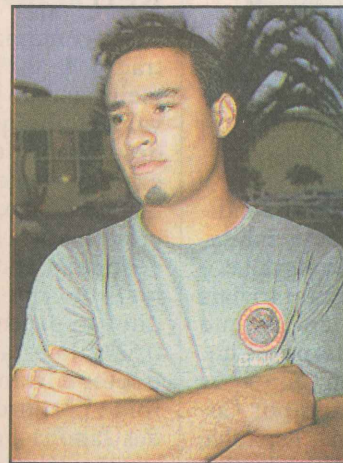


José Cezar
Aposentado

'ESTÃO JOGANDO DINHEIRO FORA'

"Com certeza, deveria reduzir o número de vereadores em Vitória porque estão jogando dinheiro fora. Esses R\$ 259,2 mil gastos por ano para pagar salário de vereador poderia ser investido em Educação, Saúde e Segurança. Com o trabalho que esses representantes vêm demonstrado ultimamente, não vale a pena ter tantos representantes. É prejuízo para a população."

Lívio Bandeira Silva
Estudante



"É preciso reduzir o número de vereadores, principalmente na Serra, para economizar dinheiro. Acho um exagero, ter 21 representantes. A gente faz tudo por eles e eles não fazem nada por nós. Esse dinheiro a mais que é pago para eles deveria ser investido em outras coisas como construção de escolas e hospitais. Se eles apresentassem serviço, tudo bem. Mas cadê o serviço deles?"

"As Câmaras de Vereadores do Estado e de todo o país deveriam adotar o princípio da proporcionalidade de 1 vereador para cada 47.619 habitantes, conforme prevê o artigo 29, inciso IV da Constituição federal. Os municípios são autônomos, mas não são soberanos. Por isso devem seguir a Constituição, estabelecendo um critério onde haja representatividade, de no mínimo 9 vereadores e no máximo 21. Mas para adotar a quantidade máxima de representantes é preciso fazer algumas ponderações. Uma delas é a receita do município. Tendo em vista que a receita não teria condições para pagar subsídios, é possível reduzir o número de vereadores. Além disso, é preciso seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Então, sabendo quanto o município pode gastar, a Câmara pode determinar sua representatividade. No caso de Vitória, por exemplo, que tem 21 vereadores - a Constituição federal prevê 15 -, seria preciso saber o valor da receita para fazer uma análise mais

profunda. Mas se o salário pago a mais aos representantes consome grande parte da receita, não adianta ter muitos vereadores. Isso dificulta a realização de outros serviços, necessários à população, porque o dinheiro acaba sendo utilizado para o pagamento de salários. É preciso adotar o critério da razoabilidade. Isso quer dizer ter uma quantidade de vereador que atende à representatividade, sem atingir a receita do município. Dessa forma, entendo que se não é possível arcar com subsídios, deve-se diminuir a representatividade dentro dos municípios. Em suma, quando se interpreta a Constituição federal é preciso levar em consideração o zelo pela coisa pública. Mas quem vai dizer, em última instância, é o Superior Tribunal Federal (STF), em Brasília."

Dauray Cesar Fabríz

Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)